

 UNIÃO DE FREGUESIAS MAÇÃO - PENHASCOSO - ABOBOREIRA	MANDATO 2025 - 2029 ACTA Nº 03 DATA DA REUNIÃO: 24/04/2026
--	---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, no edifício sede da Junta de Freguesia, sito na Rua Sacadura Cabral, nº 62 B, em Mação, em Sessão Ordinária, obedecendo os trabalhos à seguinte **Ordem do Dia**:

- 1 – Apreciação da informação do Presidente da União de Freguesias, sobre a actividade e situação financeira, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artigo 9 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2 - Apresentação, análise, discussão e votação do Relatório de Gestão e de Prestação de Contas relativos ao ano de 2025;**
- 3 – Apreciação do Inventário de Bens Patrimoniais da Freguesia;**
- 4 - Apresentação, análise, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental do Orçamento de 2026;**
- 5 – Apresentação, análise, discussão e votação do regulamento do PARCEIRA - Programa de Apoio e Recursos a Cooperativas, Entidades, Instituições e Rede Associativa da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira;**
- 6 – Apresentação, discussão e votação da Aceitação da doação de cinco Prédios Rústicos na União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**

Foi verificada a existência de quórum, dando posse á vogal Anabela Borralheiro Pereira, portador do Cartão de Cidadão n.º 10875529 que substitui a vogal Tânia

Raquel da Silva Martins Pires, posto isto esta assembleia contou com a presença dos seguintes membros:

Mesa da Assembleia: José Carlos Sequeira Estrela de Campos, Presidente; Maria de Lurdes da Silva Aleixo, Secretária; Elsa Margarida Marques Dias, Secretária

Vogais: Diogo Manuel Saramago Wahnnon, Sofia Margarida Faustino Godinho, Anabela Borralheiro Pereira, Duarte Miguel Santos Lourinho; Raúl Marques Pedro; João Manuel Pinto dos Santos.

Após a verificação da existência de quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão.

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o membro da Assembleia Raúl Pedro, que começou por destacar a presença recente de um grupo de escuteiros na freguesia, felicitando quer os jovens pelo trabalho desenvolvido quer o Executivo pela forma como acolheu e apoiou a iniciativa. Referiu que os escuteiros realizaram diversas ações de limpeza e manutenção, nomeadamente no Parque de Merendas e em alguns troços do percurso pedestre PR2, contribuindo para a valorização daqueles espaços.

Em resposta, o Presidente da Junta agradeceu as palavras proferidas e explicou que a atividade foi previamente articulada com o Executivo, tendo os participantes desenvolvido diversos trabalhos de limpeza e manutenção dentro das possibilidades existentes. Considerou que se tratou de uma iniciativa muito positiva para a freguesia e agradeceu o empenho demonstrado pelos jovens.

De seguida, João Santos felicitou o Executivo pelo trabalho desenvolvido na sequência dos estragos provocados pela tempestade que afetou a freguesia. Referiu que várias populações reconheceram o esforço efetuado pelos elementos da Junta, particularmente no acompanhamento das situações mais críticas e no apoio prestado aos cidadãos na preparação das candidaturas aos apoios disponibilizados pelas entidades competentes.

O Presidente da Junta agradeceu o reconhecimento manifestado e referiu que o Executivo procurou estar presente desde o primeiro momento junto das populações afetadas, visitando as várias localidades, avaliando danos e

auxiliando os cidadãos na resolução dos problemas mais urgentes. Salientou ainda que foram efetuadas diversas diligências para apoiar os residentes no preenchimento dos formulários necessários para acesso aos apoios disponibilizados pelo Estado.

Seguidamente, Raúl Pedro questionou o Executivo relativamente à situação das comunicações móveis e dos serviços de telecomunicações em diversas localidades da freguesia, referindo que continuam a existir dificuldades sentidas por vários residentes.

O Presidente da Junta informou que a Junta tem mantido contactos permanentes com as operadoras responsáveis e que já transmitiu por diversas vezes o descontentamento da população relativamente à demora na reposição integral dos serviços. Considerou que os prazos de resposta têm sido excessivamente longos e garantiu que continuará a acompanhar o assunto até à sua resolução.

Posteriormente, a Secretária da Assembleia, Maria de Lurdes Aleixo, solicitou esclarecimentos sobre o estado de conservação do muro do cemitério, manifestando preocupação relativamente à derrocada ocorrida naquele local.

Em resposta, o Presidente explicou que os danos existentes foram agravados pelas condições meteorológicas verificadas nos últimos meses. Informou que foram realizadas avaliações técnicas e estudadas várias alternativas de intervenção. Referiu que uma solução de reconstrução integral implicaria um investimento próximo dos oitenta mil euros, valor que a Junta não consegue suportar atualmente. Acrescentou que o Executivo optou por uma solução intermédia que permitirá estabilizar a estrutura e garantir as condições de segurança necessárias, prevendo-se um investimento aproximado de dez mil euros.

De seguida, Maria de Lurdes Aleixo questionou o Executivo acerca do imóvel particular degradado localizado na Rua do Fundão, procurando conhecer o ponto de situação do processo e as diligências efetuadas pelas entidades competentes.

O Presidente da Junta esclareceu que, poucos minutos após a ocorrência do incidente, a Junta procedeu à sinalização da área e à remoção dos materiais que se encontravam dispersos na via pública. Informou ainda que foram efetuados contactos com os proprietários e que o processo foi posteriormente remetido

para os serviços de fiscalização da Câmara Municipal, entidade que atualmente acompanha a situação.

Para concluir a sua intervenção, Maria de Lurdes Aleixo voltou a usar da palavra para abordar a necessidade da instalação de uma caixa Multibanco na localidade de Penhascoso. Referiu tratar-se de uma reivindicação antiga da população, particularmente importante para os residentes mais idosos, que frequentemente necessitam de se deslocar a outras localidades para efetuar operações bancárias simples.

O Presidente da Junta reconheceu a pertinência da preocupação manifestada e informou que já foram efetuadas diversas diligências junto de instituições bancárias. Contudo, segundo explicou, as entidades contactadas continuam a justificar a inexistência daquele serviço com a reduzida dimensão da população e com a proximidade da vila de Mação. Ainda assim, garantiu que a Junta continuará a insistir na procura de uma solução.

Tomou depois a palavra Diogo Wahnnon, que questionou o Executivo relativamente ao estado atual do Espelho de Água e aos trabalhos de limpeza da zona envolvente.

O Presidente da Junta informou que o espaço acumulou uma quantidade significativa de lamas ao longo dos últimos anos e que a situação se agravou devido às dificuldades verificadas no funcionamento das comportas durante os períodos de maior precipitação. Explicou que os trabalhos de remoção das lamas já se encontravam adjudicados e em execução pelo Município, prevendo-se melhorias significativas após a conclusão da intervenção.

No decorrer desta discussão, Diogo Wahnnon questionou ainda o Executivo relativamente à situação dos terrenos envolventes ao Espelho de Água, referindo desconhecer que aqueles terrenos continuavam a pertencer a proprietários particulares e procurando saber se existiam desenvolvimentos quanto às negociações em curso.

O Presidente da Junta esclareceu que a área envolvente continua efetivamente a ser propriedade privada, situação que tem condicionado algumas intervenções naquele espaço. Informou, contudo, que continuam a decorrer contactos entre as partes envolvidas e que, embora ainda não exista qualquer acordo definitivo, considera que o processo se encontra bem encaminhado por parte do município. Acrescentou que a resolução desta questão poderá abrir portas a futuros

projetos de valorização daquele espaço, reconhecido por muitos como um dos locais mais emblemáticos da freguesia e do concelho.

Seguidamente, o membro da Assembleia Duarte Lourinho abordou a questão da qualidade da água da Fonte da Bica, referindo preocupações transmitidas por vários residentes relativamente à possibilidade de contaminação da nascente.

Em resposta, o Presidente da Junta esclareceu que foram efetuadas análises laboratoriais à água, não tendo sido detetados vestígios relacionados com a utilização de herbicidas nas proximidades. Informou, contudo, que alguns parâmetros microbiológicos registaram valores acima dos recomendados, situação que poderá estar associada às fortes chuvas e às infiltrações ocorridas nos últimos meses.

Acrescentou que já foi solicitada uma nova análise para confirmação dos resultados obtidos e que a Junta pretende avançar com trabalhos de limpeza e valorização daquele espaço durante o corrente ano.

Não havendo mais intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia deu o mesmo por encerrado, passando-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos.

.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Apreciação da informação do Presidente da União de Freguesias, sobre a actividade e situação financeira, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artigo 9 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Foi apresentada a informação escrita do Presidente da Junta à Assembleia, relativamente à atividade desenvolvida pela União de Freguesias, tendo sido entregue cópia a todos os membros.

Procedeu também à apresentação do resumo diário de Tesouraria em 24/04/2026:

Total Despesas: 56.262,11 €

Total Receitas: 73.608,69 €

Saldo: 17.346,58 €

Ponto 2 – Apresentação, análise, discussão e votação do Relatório de Gestão e de Prestação de Contas relativos ao ano de 2025;

Foram apresentados os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2025.

O Presidente do Executivo esclareceu que o mandato atual apenas assumiu funções nos meses de novembro e dezembro, pelo que grande parte da execução financeira corresponde ainda ao executivo anterior.

Destacaram-se os seguintes valores:

- Receitas cobradas: 415.031,07 €
 - Grau de Execução: 100%
- Despesas realizadas: 403.442,58 €
 - Grau de Execução: 97%
- Saldo de gerência: 11.588,49 €

Seguiu-se um período de esclarecimentos durante o qual foram prestadas informações adicionais ao relatório de atividades nomeadamente sobre os serviços prestados pelos protocolos existentes com EDP e CTT, bem como pela atividade diária - administrativa e operacional desenvolvida pela Junta.

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação pelo Presidente da Mesa.

Deliberação: Aprovado por maioria com três abstenções dos eleitos PSD.

Ponto 3 – Apreciação do Inventário de Bens Patrimoniais da Freguesia;

O Presidente da Junta apresentou o inventário dos bens patrimoniais da União das Freguesias e respetivo estado de conservação, conforme documentação previamente distribuída aos membros da Assembleia.

Explicou que o inventário reflete a totalidade dos bens móveis e imóveis pertencentes à freguesia, bem como as atualizações efetuadas ao longo do exercício económico de 2025.

Foi referido que durante o último ano foram introduzidas algumas alterações ao inventário, nomeadamente através da aquisição e substituição de equipamento informático destinado aos serviços administrativos da Junta, incluindo computadores, monitores e diversos equipamentos periféricos, cuja renovação

se tornou necessária devido à obsolescência dos equipamentos anteriormente existentes.

Foi igualmente recordada a integração no património da União das Freguesias de diversos bens provenientes da Associação Sénior, na sequência da doação anteriormente aprovada pelos órgãos da freguesia.

O Presidente referiu ainda que o Executivo tem procurado proceder à gestão responsável e criteriosa do património existente, assegurando a sua conservação e valorização dentro das possibilidades financeiras da autarquia.

Não se registando pedidos de esclarecimento adicionais, **a Assembleia tomou conhecimento do inventário apresentado, nos termos legalmente previstos.**

Ponto 4 - Apresentação, análise, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental do Orçamento de 2026;

Usou da palavra o Presidente da Junta esclarecendo que a presente revisão orçamental decorre da obrigatoriedade legal de incorporar no orçamento do ano em curso o saldo de gerência transitado do exercício anterior.

Informou que o saldo de gerência apurado em 31 de dezembro de 2025 ascendia a **11.588,49 euros**, valor que deverá ser integrado no orçamento de 2026 para permitir a sua utilização.

Explicou que desse montante, **6.457,23 euros** correspondiam a verbas efetivamente disponíveis e **5.131,26 euros** encontravam-se já comprometidos com despesas assumidas no exercício anterior, designadamente encargos relativos ao mês de dezembro e outras obrigações legais e contratuais cujo pagamento apenas ocorreu no início do novo exercício.

Durante o período de discussão foram solicitados esclarecimentos relativamente à natureza das verbas consideradas como comprometidas.

O Senhor Presidente explicou que se tratavam de despesas já assumidas em 2025, como remunerações, encargos sociais, senhas de presença dos membros da Assembleia de Freguesia e outros pagamentos correntes, cujo vencimento ou liquidação apenas ocorreu nos primeiros meses de 2026.

Foi ainda abordada a questão das senhas de presença dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo o Presidente da Junta manifestado o seu

entendimento de que os valores atualmente previstos na legislação são insuficientes face às responsabilidades assumidas pelos eleitos locais.

Seguidamente foram prestados esclarecimentos sobre a rubrica relativa ao programa Botija Solidária, explicando o Executivo que a Junta funciona como entidade intermediária na receção e processamento das candidaturas apresentadas pelos beneficiários da tarifa social e outras situações elegíveis.

Foi referido que os processos são submetidos através de plataforma própria e que, após validação e transferência das verbas pela entidade gestora, a Junta procede ao respetivo pagamento aos beneficiários.

O Executivo informou ainda que foram introduzidas alterações nos procedimentos administrativos, passando os pagamentos a ser efetuados exclusivamente por transferência bancária, medida que contribui para uma maior transparência, segurança e controlo financeiro.

Foi igualmente destacado o esforço desenvolvido pela Junta na redução dos prazos de pagamento a fornecedores, encontrando-se atualmente a média de pagamento próxima dos oito dias após receção da respetiva fatura.

Concluído o período de discussão, a proposta de revisão orçamental foi submetida à votação.

Foi colocado à votação pelo Presidente da Mesa.

Deliberação: Aprovado por maioria com três abstenções dos eleitos PSD, tendo a Assembleia autorizado a sua execução imediata.

Ponto 5 - Apresentação, análise, discussão e votação do regulamento do PARCEIRA - Programa de Apoio e Recursos a Cooperativas, Entidades, Instituições e Rede Associativa da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira;

o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente Paulo Luís, responsável pelo acompanhamento desta área.

O Senhor Vice-Presidente explicou que a proposta apresentada não constitui a criação de um novo programa de apoio, mas sim uma revisão e atualização do regulamento já existente.

Referiu que o principal objetivo da revisão foi tornar os critérios de atribuição dos apoios mais claros, transparentes e objetivos, permitindo que todas as entidades conheçam antecipadamente os critérios utilizados e a forma de cálculo dos apoios atribuídos.

Foi explicado que o novo regulamento assenta num sistema de pontuação baseado na atividade efetivamente desenvolvida pelas associações, cooperativas e demais entidades elegíveis.

Entre os critérios considerados encontram-se:

- realização regular de atividades;
- dinamização da comunidade local;
- manutenção de instalações abertas ao público;
- promoção de iniciativas culturais, recreativas e desportivas;
- impacto social das atividades desenvolvidas.

Durante o debate, foram colocadas questões relativamente à atribuição de pontuação adicional às entidades que desenvolvem atividade diária ou mantêm espaços permanentemente abertos ao serviço da população.

O Executivo esclareceu que esta valorização pretende reconhecer o papel desempenhado por associações que asseguram uma atividade contínua ao longo do ano, contribuindo para a dinamização das localidades e para o combate ao isolamento das populações.

Foi ainda explicado que o sistema permitirá maior transparência na distribuição dos apoios, possibilitando que cada entidade compreenda os critérios que determinaram o montante atribuído.

O Senhor Vice-Presidente referiu igualmente a intenção do Executivo de reforçar a valorização das cooperativas existentes na freguesia, reconhecendo a importância que estas continuam a ter para a atividade agrícola local, particularmente no setor olivícola.

Foi ainda mencionada a possibilidade de desenvolvimento futuro de iniciativas relacionadas com a promoção do azeite e dos lagares tradicionais existentes no território.

Não se registando mais intervenções, o regulamento foi submetido à votação, pelo Presidente da Mesa.

Deliberação: Aprovado por Unanimidade.

Ponto 6 - Apresentação, discussão e votação da Aceitação da doação de cinco Prédios Rústicos na União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

O Presidente da Junta apresentou a proposta relativa à aceitação da doação de cinco prédios rústicos situados na área geográfica da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

Explicou que o Sr. Teotónio Joaquim Faria contactou o Executivo manifestando a intenção de doar os referidos prédios, que herdou de sua madrinha, Antónia Maria Tomás. Referiu que o doador reside atualmente no concelho de Montemor-o-Novo e que, face à distância da sua residência, à inexistência de ligações familiares ou afetivas à localidade de Penhascoso após o falecimento da madrinha e à dificuldade em assegurar a manutenção dos terrenos devido à sua idade, entendeu não os colocar à venda, optando pela sua doação à freguesia. O Presidente da Junta acrescentou que, segundo o próprio doador, esta decisão corresponde também àquilo que considera ter sido a vontade da sua madrinha, permitindo que os prédios permaneçam ligados à comunidade local e possam vir a servir o interesse público.

Informou ainda que o Executivo da União de Freguesias analisou a proposta em reunião realizada no dia 13 de abril de 2026, tendo deliberado, por unanimidade, aceitar a doação e submeter o assunto à apreciação da Assembleia de Freguesia, nos termos das competências legalmente atribuídas a este órgão.

Os membros da Assembleia manifestaram apreço pelo gesto do Sr. Teotónio Joaquim Faria, considerando tratar-se de um ato de grande generosidade e de reconhecimento para com a freguesia e a sua comunidade.

Não se registando pedidos adicionais de esclarecimento,

Foi colocado à votação pelo Presidente da Mesa.

Deliberação: Aprovado por Unanimidade.

Período destinado a intervenções do público

Existindo na sala público, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença e questionou se o elemento presente queria usar da palavra, o mesmo declinou.

Encerramento

Eram vinte horas quando foi dado, pelo Presidente de Mesa, o encerramento desta assembleia.

Para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada nos termos legais.

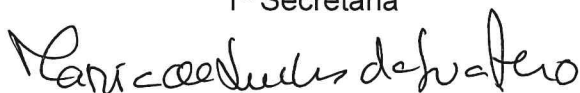
Mação, 24 de Abril de 2026

O Presidente,



(José Carlos Sequeira Estrela de Campos)

1ª Secretária



(Maria de Lurdes da Silva Aleixo)

2ª Secretária



(Elsa Margarida Marques Dias)

RESULTADO DA VOTAÇÃO DA ATA

APROVADA	X	UNANIMIDADE	K	MAIORIA		A FAVOR		ABSTENÇÃO		CONTRA	
REJEITADA		UNANIMIDADE		MAIORIA		A FAVOR		ABSTENÇÃO		CONTRA	